

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.489.622 - PE (2019/0122501-3)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
ADVOGADOS : CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO - PE019357  
EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS -  
PE028240  
ANDRESSA DIAS BARROS - PE032236  
CAROLINNE MARIE MEDEIROS MAIA - PE036995  
ANNA KATARINA COLARES DAVID DE ALENCAR E  
OUTRO(S) - PE039060  
AGRAVADO : GRACILIANO JOSE DE SANTANA  
AGRAVADO : MARIA LUCIA DE ARAUJO BEZERRA  
AGRAVADO : ARMANDO CORREIA MAGALHAES  
AGRAVADO : MARIA DE FATIMA DA CUNHA SANTOS  
AGRAVADO : MARIA TORRES DA SILVA  
AGRAVADO : AMALIA ALVES DA MOTA  
AGRAVADO : MARIA JOSE PEREIRA ALVES DOS SANTOS  
AGRAVADO : MARLUCE FRANCISCA DE AZEVEDO  
AGRAVADO : EDILSON SOARES DA SILVA  
AGRAVADO : CLAUDETE CELESTINA DA SILVA  
AGRAVADO : LUCIA DE FATIMA RODRIGUES NASCIMENTO  
AGRAVADO : MARILOURDES PEREIRA DO NASCIMENTO  
AGRAVADO : SEVERINO TRANQUILINO DANTAS  
AGRAVADO : JOSE VENTURA HENRIQUE DE SOUZA  
AGRAVADO : ROSINALVA PESSOA SANTIAGO DO NASCIMENTO  
AGRAVADO : ROSILDA TEIXEIRA DE AZEVEDO  
AGRAVADO : EDINALDO PEDRO DA SILVA  
AGRAVADO : ANTONIO CLAUDIO DE LIMA  
AGRAVADO : MARIA LEONIDES GUEDES DE SOUZA  
AGRAVADO : ANA LUCIA DA SILVA  
AGRAVADO : VERONICA PINTO DA PAZ  
AGRAVADO : RENATO ALVES BATISTA  
AGRAVADO : ROSINETE PESSOA SANTIAGO  
AGRAVADO : VERALUCIA MARIA DOS SANTOS  
AGRAVADO : CICERO JOSE DA SILVA  
AGRAVADO : JOSEFINA JOAQUIM DE SANTANA  
AGRAVADO : SOSTENES MIRANDA FIGUEIREDO  
ADVOGADOS : DANIELLE TORRES SILVA BRUNO E OUTRO(S) -  
PE018393  
AMANDA FERREIRA KOURY TEIXEIRA - PE022045

**DECISÃO**

*ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. POTENCIAL  
COMPROMETIMENTO DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES  
SALARIAIS - FCVS. INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.*

*MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA NO STF. RE 827.996/PR (TEMA 1.011). RETORNO DOS AUTOS, SOBRESTANDO-OS, NO TRIBUNAL DE ORIGEM, PARA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 1.040 DO CÓDIGO FUX, APÓS O JULGAMENTO DO REFERIDO TEMA PELA SUPREMA CORTE.*

1. O presente recurso versa sobre a existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal - CEF para ingressar na lide que busca cobertura securitária baseada em contrato de financiamento amparado pelo Sistema Financeiro da Habitação e em que haja potencial comprometimento do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, questão que teve reconhecida a sua repercussão geral pelo Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 827.996/PR (Tema 1.011).

2. Com efeito, embora a existência de Repercussão Geral pela Corte Suprema não imponha o sobrestamento do julgamento Recurso Especial em matéria idêntica, inexistente óbice a que esta Corte determine a devolução dos autos à origem para a observância do art. 1.040 do Código Fux.

3. No entanto, ambas as Turmas integrantes da egrégia Primeira Seção deste STJ vêm adotando a sistemática da devolução dos autos à origem em tais casos, *por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre o STF e este STJ*, para que a solução definitiva se dê, após o julgamento do Recurso Extraordinário afetado. Nesse sentido:

*TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ISSQN NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDIANTE A PRÁTICA DE ATOS COOPERATIVOS TÍPICOS E ATÍPICOS. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL QUANTO AO TEMA. SOBRESTAMENTO DO RECURSO ESPECIAL COM DEVOLUÇÃO À CORTE DE ORIGEM PARA EVENTUAL E OPORTUNO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. POSSIBILIDADE.*

1. A questão jurídica referente ao conceito de ato cooperativo típico e atípico, na forma da Lei 5.764/1971, para fins de tributação, teve repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 536).

2. *Encontrando-se a matéria com repercussão geral reconhecida, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e esta Corte Superior, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução no recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015. Precedente: AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/6/2017.*

3. *Somente depois de realizada essa providência, a qual representa o exaurimento da instância ordinária, é que o recurso especial deverá ser encaminhado, em sua totalidade, a este Tribunal Superior, a fim de que possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal a quo.*

4. *Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no REsp. 1.366.363/ES, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 23.8.2017).*

2 2 2

**AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL QUANTO AO TEMA VERSADO NO APELO ESPECIAL. SOBRESTAMENTO DESTE ÚLTIMO COM DEVOLUÇÃO À CORTE DE ORIGEM PARA EVENTUAL E OPORTUNO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. POSSIBILIDADE.**

1. *Podendo a ulterior decisão do STF, em repercussão geral já reconhecida, afetar o julgamento da matéria veiculada no recurso especial, faz-se conveniente que o STJ, em homenagem aos princípios processuais da economia e da efetividade, determine o sobrestamento do especial e devolva os autos ao Tribunal de origem para que ali, em se fazendo necessário, seja oportunamente realizado o ajuste do acórdão local ao que vier a ser decidido na Excelsa Corte.*

2. *A parte agravante não logrou demonstrar, no caso concreto, a ausência de similitude entre o tema trazido em seu especial e o tema pendente de julgamento no STF com repercussão geral, pelo que se impõe a manutenção do sobrestamento ora combatido.*

3. *Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AgInt no REsp. 1.603.061/SC, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe*

28.6.2017).

4. Em face do exposto, determina-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após o julgamento do Tema 1.011, em Repercussão Geral, pelo Excelso STF, a Corte de origem proceda nos termos do art. 1.040 e seguintes do Código Fux.

5. Publique-se.

6. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR